

INTRODUÇÃO

TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria das relações internacionais é o modo de separação entre a ciência política e a nova disciplina das relações internacionais, que se começou a definir como um domínio autónomo das ciências sociais durante o último século.

A teoria da política internacional partilha com a teoria política as suas origens filosóficas, as suas problemáticas e os seus dilemas epistemológicos. Desde logo, as relações internacionais e a ciência política filiam-se nas grandes correntes do pensamento ocidental, na tradição realista de Maquiavel, Spinoza, Hobbes e Rousseau, na tradição liberal de Locke, Grotius, Pufendorf e Suarez, e na tradição idealista do abade de Saint-Pierre e de Kant. Essas tradições moldam a identidade, o *ethos* e os programas de investigação das três principais escolas da teoria das relações internacionais. A escola realista de Richelieu e Kissinger, conservadora e pessimista, empenha-se na defesa do Estado e na diplomacia da *raison d'État*; a escola liberal de Tocqueville e Churchill, humanista e moderada, valoriza a sociedade civil e o direito na formação das comunidades políticas e na constituição da sociedade internacional; e a escola idealista de Woodrow Wilson e Lenin – os dois polos opostos que simbolizam as utopias democráticas e as distopias revolucionárias – visionária e normativa, decidida a transcender os Estados nacionais para reinventar uma ordem mundial.

Por outro lado, a teoria da política internacional e a teoria política são ambas ciências do Estado. A teoria republicana constrói-se no advento do Estado moderno como uma entidade política autónoma e secular e a política internacional, sinónimo de política interestatal, só é possível com a emergência gradual de um sistema

de Estados soberanos que define a especificidade da Europa moderna na história mundial, antes de se expandir à escala planetária no século XX. Os realistas definem os Estados como as unidades constitutivas do sistema internacional, plural e fragmentado; os liberais concentram-se nos métodos de domesticação dos Estados para tornar possível uma ordem internacional decente e civilizada; e os idealistas, incluindo os construtivistas, têm a missão de antecipar o fim dos Estados nacionais para acelerar a criação de um Estado universal que possa garantir o fim da guerra e a sobrevivência da humanidade na era nuclear ou, nas versões menos apocalípticas, para pôr fim à anarquia internacional e abrir caminho a uma sociedade global.

Por último, as teorias das relações internacionais e as teorias políticas têm de se construir e consolidar a sua credibilidade científica num contexto dominado pelas ciências naturais, sem negar quer os dilemas que resultam da sua especificidade como ciências nomotéticas, quer os obstáculos à sua capacidade para recorrer a métodos experimentais e para medir e quantificar tanto as formas de legitimação da autoridade que definem os tipos-ideais de Max Weber, como os interesses e as paixões que motivam as entidades políticas autónomas de Tucídides, quer ainda os limites da sua capacidade de previsão, resumidos na fórmula de Pascal, que diz que se o nariz de Cleópatra fosse mais curto, toda a face do mundo teria mudado.

A separação entre as relações internacionais e a ciência política resulta da institucionalização da nova disciplina da política internacional e da feitura da teoria das relações internacionais, dois processos solidários cuja evolução se pode organizar a partir de três momentos críticos.

O primeiro momento está ligado à Grande Guerra e à formação da Sociedade das Nações, que estimulam a institucionalização académica dos estudos de política internacional com a criação das primeiras cátedras, dos primeiros centros de investigação e das primeiras revistas de relações internacionais; o segundo momento coincide com o fim da II Guerra Mundial e com a Guerra Fria, quando se reconhece como prioritária a necessidade de desenvolver uma teoria internacional, a par da expansão institucional e universitária das relações internacionais e da sua crescente relevância política, nomeadamente nos Estados Unidos; e o terceiro momento, paralelo à vaga de democratização que anuncia a derrota dos movi-

mentos totalitários, corresponde ao enunciado de uma teoria do sistema internacional reconhecida como uma referência partilhada pelas principais escolas, que completa a separação entre as relações internacionais e a ciência política e consolida a sua autonomia como uma unidade científica e institucional nas vésperas de uma multiplicação das correntes e de um dinamismo teórico que definem a nova diversidade no campo das relações internacionais.

A UTOPIA LIBERAL

A fundação da disciplina das relações internacionais é inseparável da Grande Guerra de 1914-1918, a primeira guerra total que surpreendeu as elites europeias tanto pela duração, que exige uma mobilização inédita dos recursos militares e civis das grandes potências, como pela destruição sem precedentes da primeira guerra industrial, que provocou dez milhões de mortos, e ainda pelas suas consequências, incluindo a intervenção decisiva dos Estados Unidos na guerra europeia, o fim dos impérios continentais e a revolução comunista¹.

O reconhecimento da I Guerra Mundial como uma rutura histórica determina, por um lado, a deslegitimação do Concerto Europeu – o modelo clássico de ordenamento que garantiu a ausência de guerras hegemónicas entre 1815 e 1914 é tido como responsável pela catástrofe – e, por outro lado, a legitimação das correntes progressistas, liberais e idealistas, que defendem a transformação radical da ordem internacional como condição indispensável para evitar a repetição de uma guerra hegemónica e o fim da civilização ocidental².

A necessidade da mudança é identificada desde antes do fim das hostilidades. Em 1916, G. Lowes Dickinson publica *The European Anarchy*, onde identifica os Estados como a causa principal das guerras europeias e defende uma nova ordem mundial³, enquanto John Hobson e Leonard Woolf proclamam as virtudes do governo internacional, antes de Jan Smuts publicar *The League of Nations*⁴. No mesmo sentido, o presidente Woodrow Wilson, que justificou a intervenção norte-americana na guerra europeia em nome da paz democrática – a “guerra para pôr fim a todas as guerras” tem de garantir a segurança internacional das democracias –, rejeita as propostas para a formação de uma aliança entre os Estados Uni-

dos, a Grã-Bretanha e a França, que podia consolidar a paz dos vencedores e impõe às democracias europeias a formação alternativa da Sociedade das Nações, assente no princípio da segurança coletiva⁵.

Nesse contexto, a primeira etapa de institucionalização dos modernos estudos internacionais no fim da Grande Guerra é dominada não só pela vontade de pôr fim ao ciclo das guerras europeias, como pela vinculação à ordem da Sociedade das Nações e à defesa do direito e da moralidade nas relações internacionais. Em geral, os especialistas de relações internacionais são liberais progressistas empenhados na transformação do sistema internacional que esteve na origem da Grande Guerra para criar uma nova ordem pacífica e justa, assente na expansão das democracias constitucionais, no espírito internacionalista das elites e na consolidação da Sociedade das Nações, a primeira instituição multilateral que reúne o conjunto dos Estados nacionais para garantir a paz e edificar uma nova sociedade internacional. Para os mais idealistas e os mais radicais, a Sociedade das Nações é uma forma de transição que antecipa a construção de um governo mundial, a única alternativa à revolução mundial anunciada pela União Soviética capaz de superar a crise dos Estados nacionais e do modelo liberal.

A Sociedade das Nações é central para todos os internacionalistas, mais liberais ou mais idealistas, que a defendem quer quando essa linha prolonga as políticas oficiais dos seus países, como na Grã-Bretanha e em França, quer quando essa posição é contrária à política oficial, como nos Estados Unidos, impedidos pelo Congresso de pertencer à instituição multilateral criada pelo presidente norte-americano.

Nesse contexto, a Sociedade das Nações está inscrita no código genético dos estudos internacionais no pós-I Guerra Mundial. O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, responsável pela organização anual da Conferência das Instituições para o Estudo Científico das Relações Internacionais, está ligado à Sociedade das Nações⁶. O Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, a primeira escola de relações internacionais da Europa continental, que vai receber Hans Kelsen e Guglielmo Ferrero, é criado em Genebra numa relação de estreita proximidade com a Sociedade das Nações.

Em 1919, em Aberystwyth, é fundada a Woodrow Wilson Chair of International Politics cujos instituidores escolhem o nome do

presidente dos Estados Unidos para prestar homenagem ao fundador da Sociedade das Nações; e, em Washington, a Universidade da Georgetown estabelece a School of Foreign Service. No ano seguinte, o British Institute of International Affairs – o futuro Royal Institute of International Affairs –, formado na sequência de uma conferência dos delegados britânicos e norte-americanos às Conferências de Paris, instala-se em Chatham House e, em 1921, o Council on Foreign Relations é fundado em Nova York: o instituto britânico começa a publicar a revista *International Affairs* e a sua contraparte norte-americana a *Foreign Affairs*. Em 1924, a Ernest Cassel Chair of International Relations é criada na London School of Economics and Political Science, onde vai surgir o primeiro Departamento de Relações Internacionais em 1927. No ano seguinte, a Universidade de Chicago cria o Committee on International Relations, Princeton estabelece a School of International and Public Affairs em 1930, a Tufts instala a Fletcher School of Law and Diplomacy e o Yale Institute of International Studies é fundado em 1935.

Não obstante a expansão dos estudos internacionais na Europa continental, no Japão ou mesmo na América Latina, a hegemonia anglo-saxónica é evidente, embora, numa fase inicial, a Grã-Bretanha tenha precedência sobre os Estados Unidos. A Chatham House pode contar com personalidades de primeira linha, incluindo Norman Angell, o autor de *The Great Illusion* e Prémio Nobel da Paz, Edward Hallett Carr e o grande historiador Arnold Toynbee, que dirige a publicação do *Survey of International Affairs*, enquanto, na London School of Economics, Charles Manning prepara a geração de investigadores com quem vai formar a Escola Inglesa de Relações Internacionais. Numa segunda fase, o crescimento da disciplina é maior nos Estados Unidos, onde os estudos internacionais são considerados parte da ciência política. No princípio dos anos trinta, existem mais de duzentos cursos de Relações Internacionais e de Organizações Internacionais no ensino superior⁷ e são publicados os primeiros manuais de relações internacionais⁸. Nesse período, desde antes da II Guerra Mundial, começam a chegar cada vez mais exilados europeus que vão marcar decisivamente os estudos de relações internacionais dos Estados Unidos: Quincy Wright vai poder contar com Hans Morgenthau em Chicago, Arnold Wolfers junta-se a Nicholas Spykman, Frederick Dunn e William Fox em Yale, David Mitrany integra-se no Institute for Advanced Study em Princeton.